

Demonstrações Financeiras

BCBF Participações S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes

BCBF Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
BCBF Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3(b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, pelas razões

mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3(b) e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

1. Provisões para ações judiciais

Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia e/ou suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda realizada pelos consultores jurídicos da Companhia envolve alto grau de subjetividade, fato esse que nos levou a identificar essa questão como risco significativo que requer considerações especiais de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas tributários para nos auxiliar na avaliação dos argumentos e méritos apresentados pelos consultores jurídicos da Administração na classificação das ações judiciais; (b) procedimentos de envio de carta de confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia; e (c) revisão das divulgações incluídas na Nota 23 às demonstrações financeiras. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajustes de auditoria que indicaram que as provisões para contingências se apresentavam superavaliadas e, conseqüentemente, o resultado do exercício estava subavaliado. Apesar da imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, a Companhia reconheceu a devida correção em seus livros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de provisões para contingências, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às provisões de contingências reconhecidas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Provisões para eventos ocorridos e não avisados

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados (“Peona”) que, conforme mencionado na nota explicativa 19, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorridos e que não tenha sido registrado contabilmente por essa controlada. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço regulamentada pela ANS conforme RN 393/2015.

Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuariais, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes da Peona, verificando a acurácia matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Créditos tributários

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, decorrente do ágio apurado nas aquisições de empresas, conforme detalhado na nota explicativa 14. As controladas reconhecem esses tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de imposto diferido ativo era de R\$ 438.110 mil no Consolidado e, em virtude da relevância do montante reconhecido, consideramos um assunto relevante de auditoria, além do fato de que o estudo de realização desses ativos envolve um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre o desempenho futuro das controladas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a acurácia no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas com o objetivo de avaliar o comportamento das projeções diante de certas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Avaliação de redução ao valor recuperável (“impairment”) do ágio (“goodwill”) registrado

Conforme descrito na nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2017 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios gerados em aquisições no montante de R\$ 592.480 mil, sendo formado, principalmente, do ágio apurado nas aquisições de empresas, cujo valor recuperável é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, efetuamos a revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em valorização, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as


demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

BCBF Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante		12.924	8.945	1.830.425	1.048.431
Disponível		890	221	27.796	30.538
Realizável		12.034	8.724	1.802.629	1.017.893
Aplicações financeiras	7	32	-	1.186.923	636.760
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	-	504.318	460.002
Aplicações livres		32	-	682.605	176.758
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	-	-	141.962	109.842
Contraprestações pecuniárias a receber		-	-	141.962	98.292
Operadoras de planos de assistências à saúde		-	-	-	11.550
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8	-	-	124.449	61.115
Despesas diferidas	9	-	-	105.960	39.653
Créditos tributários e previdenciários	10	12.002	8.724	39.306	34.632
Bens e títulos a receber	11	-	-	197.966	130.322
Despesas antecipadas		-	-	6.063	5.569
Não circulante		1.387.587	1.138.791	2.314.595	1.651.129
Realizável a longo prazo		12.314	118	1.025.851	890.113
Aplicações financeiras	7	-	-	49.271	24.771
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	-	22.532	-
Aplicações livres		-	-	26.739	24.771
Títulos e créditos a receber	12	-	-	12.435	15.577
Despesas de comercialização diferidas	9	-	-	116.885	58.001
Ativo fiscal diferido	14	-	-	438.110	480.381
Depósitos judiciais e fiscais	15	-	-	227.617	209.425
Outros créditos a receber a longo prazo	13	12.314	118	181.533	102.958
Investimentos	16	1.375.273	1.138.673	-	-
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		1.375.273	1.138.673	-	-
Participações societárias - operadora de planos de assistência a saúde		1.375.273	1.138.531	-	-
Outros investimentos		-	142	-	-
Imobilizado	17	-	-	625.201	409.931
Imóveis de uso próprio		-	-	311.114	181.896
Imóveis de uso próprio – hospitalares		-	-	308.818	180.985
Imóveis de uso próprio – não hospitalares		-	-	2.296	911
Imobilizado de uso próprio		-	-	122.626	76.329
Hospitalares		-	-	83.752	55.606
Não hospitalares		-	-	38.874	20.723
Imobilizações em curso		-	-	96.931	132.315
Outras imobilizações		-	-	94.530	19.391
Hospitalares		-	-	91.105	8.077
Não hospitalares		-	-	3.425	11.314
Intangível	18	-	-	663.543	351.085
Total do ativo		1.400.511	1.147.736	4.145.020	2.699.560

BCBF Participações S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					(Reapresentado)
Circulante		63.854	51.782	1.544.277	1.048.101
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	-	-	684.850	620.618
Provisão de prêmio / contraprestação		-	-	53.360	45.755
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)		-	-	52.839	45.077
Provisão para remissão		-	-	521	678
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS		-	-	103.230	93.926
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		-	-	343.971	329.491
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		-	-	184.289	151.446
Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	8.121	5.057
Contraprestações a restituir		-	-	31	10
Receita antecipada de contraprestações		-	-	3.397	629
Comercialização sobre operações		-	-	4.693	4.416
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	-	-	2
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		-	-	6.399	226
Provisões		-	-	19.463	5.982
Provisões de imposto de renda e contribuição social		-	-	19.463	5.982
Tributos e encargos sociais a recolher	20	190	3	174.782	110.166
Empréstimos e financiamentos a pagar	24	-	-	307.844	950
Debêntures a pagar	25	63.613	51.778	119.564	111.480
Débitos diversos	22	51	1	223.254	193.622
Não circulante		266.485	325.416	1.530.571	880.921
Exigível a longo prazo		266.485	325.416	1.530.571	880.921
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	-	-	9.979	10.937
Provisão para remissão		-	-	645	87
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS		-	-	9.334	10.850
Provisões		-	-	342.710	266.142
Provisões para tributos diferidos	14	-	-	51.339	36.259
Provisões para ações judiciais	23	-	-	291.371	229.883
Parcelamento de tributos e contribuições	21	-	-	2.175	11.953
Empréstimos e financiamentos a pagar	24	-	-	333.751	1.332
Debêntures a pagar	25	266.485	325.416	726.042	538.746
Débitos diversos	22	-	-	115.914	51.811
Patrimônio líquido	26	1.070.172	770.538	1.070.172	770.538
Capital social		1.213.080	1.213.080	1.213.080	1.213.080
Reservas:		(142.908)	(442.542)	(142.908)	(442.542)
Reserva de capital		(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)
Reserva legal		33.411	15.770	33.411	15.770
Reserva estatutária		587.172	305.179	587.172	305.179
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.400.511	1.147.736	4.145.020	2.699.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	-	-	4.851.765	3.894.168
Receitas com operações de assistência à saúde	-	-	4.967.076	3.981.623
Contraprestações líquidas	27	-	4.967.477	3.981.527
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-	(401)	96
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	-	-	(115.311)	(87.455)
Eventos indenizáveis líquidos	28	-	(3.641.327)	(2.895.901)
Eventos conhecidos ou avisados	-	-	(3.608.483)	(2.880.265)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	-	-	(32.844)	(15.636)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-	-	1.210.438	998.267
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	-	1.981	572
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	-	-	518.706	287.721
Receitas com operações de assistência médico hospitalar	-	-	482.940	262.831
Outras receitas operacionais	-	-	35.766	24.890
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	-	(29.783)	(17.269)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde	-	-	(189.328)	(148.861)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	29	-	(178.758)	(198.974)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	-	-	-	(2)
Provisão para perdas sobre créditos	-	-	(10.570)	50.115
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	-	-	(135.399)	(73.961)
Resultado bruto	-	-	1.376.615	1.046.469
Despesas de comercialização	30	-	(204.213)	(173.564)
Despesas administrativas	31	(5.167)	(583.643)	(498.760)
Resultado financeiro líquido	32	(43.890)	(41.786)	(49.239)
Receitas financeiras	-	780	102.196	119.997
Despesas financeiras	-	(44.670)	(143.982)	(169.236)
Resultado patrimonial	-	401.886	(2.511)	(2.516)
Resultado da equivalência patrimonial	-	401.896	-	-
Receita patrimonial	-	-	286	60
Despesa patrimonial	-	(10)	(2.797)	(2.576)
Resultado antes dos impostos e participações	-	352.829	544.462	322.390
Imposto de renda	14	-	(82.094)	(35.552)
Contribuição social	14	-	(29.796)	(12.936)
Impostos diferidos	14	-	(79.743)	(79.850)
Participações sobre o lucro	-	-	-	(186)
Lucro líquido do exercício	-	352.829	352.829	193.866
Lucro atribuído aos:	-	-	-	-
Acionistas da controladora	-	352.829	352.829	193.866
Lucro líquido do exercício	-	352.829	352.829	193.866
Quantidade de ações	-	1.213.080.353	1.213.080.353	1.213.080.353
Lucro líquido por ação do exercício – R\$	-	0,29	0,29	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	352.829	193.866	352.829	193.866
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	352.829	193.866	352.829	193.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Resultado do exercício	Total
			Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	1.213.080	(777.838)	6.138	122.164		563.544
Variação resultado - data-base com data incorporação	20.b	-	14.347	-	-	14.347
Ajuste exercícios anteriores	20.d	-	-	-	(1.219)	(1.219)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	193.866	193.866
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	20.c	-	-	9.632	(9.632)	-
Reserva estatutária	20.c	-	-	-	183.015	(183.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.213.080	(763.491)	15.770	305.179	-	770.538
Lucro líquido do exercício		-	-	-	352.829	352.829
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	20.c	-	-	17.641	(17.641)	-
Reserva estatutária	20.c	-	-	-	283.193	(283.193)
Dividendos distribuídos		-	-	-	(1.200)	(53.195)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.213.080	(763.491)	33.411	587.172	-	1.070.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do período		352.829	193.866	352.829	193.866
Depreciações e amortizações	28 e 31	-	-	48.774	54.174
Equivalência patrimonial	16	(401.896)	(262.945)	-	-
Atualização monetária contingência e depósitos judiciais	15 e 23	-	-	(1.209)	(2.674)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	32	-	-	653	302
Receitas com aplicações financeiras	32	(2)	-	(49.002)	(80.319)
Despesa com variação cambial	32	-	-	(4.298)	3.368
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	14	-	-	191.633	128.338
(Reversão) perdas com crédito de liquidação duvidosa	8 e 11	-	-	3.932	(49.058)
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	8	-	-	46.815	87.785
Amortização despesas de comercialização diferidas	9 e 30	-	-	78.125	64.692
Variação provisões técnicas	19.c.I e III	-	-	33.245	16.120
Provisões para ações judiciais	23	-	-	8.716	51.932
Juros sobre debêntures e custos de captação	25	44.619	63.862	79.763	116.042
Juros sobre empréstimos e financiamentos		-	-	13.318	(150)
Valor residual de ativo imobilizado baixado		-	-	2.671	-
Outros		-	(1)	6.924	(562)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(98.409)	(44.248)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais					
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	-	-	(71.034)	(64.027)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8	-	-	(46.414)	(17.316)
Despesas de comercialização diferidas	9 e 30	-	-	(203.316)	(123.536)
Créditos tributários e previdenciários	10	(3.278)	(4.196)	(4.172)	(8.376)
Bens e títulos a receber	11	-	-	(65.690)	(44.004)
Despesas antecipadas		-	-	(494)	(3.652)
Títulos e créditos a receber	12	-	-	2.645	(1.411)
Impostos diferidos ativos	14	-	-	(2.604)	(6.320)
Depósitos judiciais	15	-	-	(2.978)	(18.322)
Outros créditos a receber a longo prazo	13	(12.196)	-	(51.104)	(32.813)
Aumento (reduções) dos passivos operacionais					
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	-	-	30.029	117.117
Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	3.064	(3.249)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		-	-	6.173	186
Tributos e encargos sociais a recolher	20	187	-	60.706	31.601
Impostos diferidos passivos		-	-	979	10.356
Provisões para ações judiciais		-	-	(28.394)	(29.923)
Débitos diversos		50	-	(21.095)	56.496
Parcelamento de tributos e contribuições		-	-	(9.778)	278
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		(19.687)	(9.414)	311.003	402.693

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Aplicações financeiras	7.a	(30)	-	(2.790.397)	(2.676.829)
Resgates aplicações financeiras	7.a	-	-	2.284.934	2.705.742
Aumento de capital empresa investida	16	(110)	(300)	-	-
Combinação de Negócios		-	-	(344.750)	14.347
Aquisição de imobilizado	17	-	-	(132.782)	(161.542)
Aquisição de intangível		-	-	(13.550)	(98.487)
Dividendos recebidos	16.a	165.455	101.796	-	-
Dividendos pagos		(53.195)	-	(53.195)	-
Outros		(48)	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		112.072	101.496	(1.049.740)	(216.769)
Pagamento de Juros sobre debêntures	25	(47.715)	(63.935)	(84.846)	(118.035)
Pagamento de principal sobre debêntures	25	(44.001)	(28.000)	(98.541)	(55.270)
Amortização de empréstimos e financiamentos	24	-	-	(11.460)	(365)
Captação de empréstimos e financiamentos	24	-	-	631.838	-
Captação de debêntures	25	-	-	299.004	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(91.716)	(91.935)	735.995	(173.670)
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		669	147	(2.742)	12.254
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		221	74	30.538	18.284
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		890	221	27.796	30.538
Variação do caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		669	147	(2.742)	12.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **BCBF Participações S.A.** (doravante denominada por “Companhia” ou “BCBF”) empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBH Participações S.A.) é uma “*holding*” de capital fechado que tem como objetivo social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867.

A Companhia é controladora direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (“Intermédica”) e indiretamente das empresas Tijuca - Serv. de Assist. Médico-Cirurg. Infantil Ltda., Hospital São Bernardo, Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. e Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda., todas as empresas do Grupo Notre Dame Intermédica. As controladas diretas e indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e tem por objeto social a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participações.

2. Aquisições e reestruturações societárias

O Grupo Notre Dame Intermédica por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão através de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro 2017:

I. Aquisição Grupo Nova Vida

Em 31 de março de 2017, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. juntamente com a Companhia celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade das quotas de emissão Grupo Nova Vida.

O Grupo Nova Vida é composto pelo Hospital e Maternidade Nova Vida, em Itapevi, e de mais três Centros Médicos, dois localizados em Jandira e outro em Cotia, na Grande São Paulo.

O Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle do Grupo Nova Vida em 03 de julho de 2017.

II. Aquisição Hospital São Bernardo

Em 23 de Fevereiro de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a aquisição da participação acionária do Hospital São Bernardo S.A. e suas filiais Hospital Baeta Neves e Centro Clínico São Bernardo.

O Hospital São Bernardo é um hospital geral com Pronto Socorro, localizado na Av. Lucas Nogueira Garcez, 400 na de cidade de São Bernardo do Campo, SP.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Estas aquisições são estratégicas para o Grupo Notre Dame Intermédica porque contribuem para a consolidação não apenas na região do ABCD paulista, mas também mantém o Grupo Notre Dame Intermédica na posição de uma das maiores empresas do setor de saúde suplementar do país.

O Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle do Hospital São Bernardo e suas filiais em 20 de abril de 2017.

III. Aquisição SAMCI e IBRAGE

Em 10 de março de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. concretizou a aquisição e assumiu o controle das empresas Tijuca – Serviço de assistência médica – Cirurgia infantil Ltda. (Samci) e Ibrage Saúde Ltda., após a vendedora ter cumprido todas as obrigações e renúncias estabelecida na negociação, conforme contrato de compra e venda assinado em 27 de dezembro de 2016.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da Operadora Notre Dame Intermédica na cidade do Rio de Janeiro, aumento de atendimento verticalizado de sua rede de hospitais e prontos atendimentos.

IV. Incorporações

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de outubro de 2017, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação, para incorporação da Ibrage – Saúde Ltda. e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Ibrage – Saúde Ltda. e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. foram apurados com base nos livros contábeis com data base em 30 de setembro de 2017 e foi emitido em 27 de outubro de 2017 por empresa independente.

O Family Hospital S.S. Ltda foi incorporado em 02 de janeiro de 2017. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Family Hospital S.S. Ltda. apurado com base nos livros contábeis com data base em 30 de novembro de 2016 foi emitido em 02 de janeiro de 2017 por empresa independente.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016 foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação, para incorporação das empresas listadas abaixo pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.:

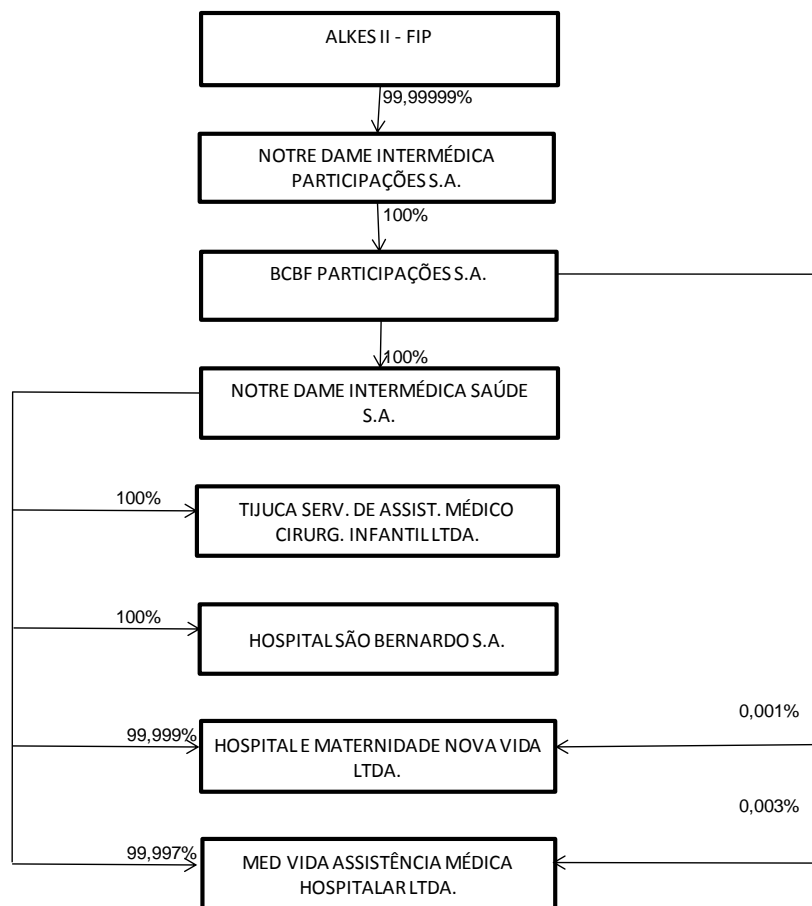
- Interodonto Sistema de Saúde Odontológico Ltda.
- Santamália Saúde S.A.
- Hospital Bosque da Saúde S.A.
- Hospital Montemagno S.A.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As incorporações ocorreram tendo em vista que as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

V. A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:



BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS. As informações estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Operadoras de Saúde, tal procedimento está sendo adotado visando seguir o mesmo padrão de sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A..

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2018.

b) Reapresentação dos saldos de exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentadas para fins de comparação conforme disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros, em virtude da incorporação da Santamália Saúde S.A. não ter gerado ativo fiscal diferido.

Abaixo demonstramos as contas patrimoniais originalmente apresentadas, em comparação às demonstrações financeiras consolidadas retificadas:

Balancos patrimoniais			
31 de dezembro de 2016			
Ativo	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Reapresentados
Não circulante	1.644.913	6.216	1.651.129
Realizável a longo prazo	925.340	(35.227)	890.113
Ativo fiscal diferido	515.608	(35.227)	480.381
Intangível	309.642	41.443	351.085
Total do ativo	2.693.344	6.216	2.699.560
Passivo	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Reapresentados
Não circulante	874.705	6.216	880.921
Provisões para tributos diferidos	30.043	6.216	36.259
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.693.344	6.216	2.699.560

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e foram utilizadas informações encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em a relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo,

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

As controladas incluídas na consolidação são as seguintes:

	Participação Acionária			
	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	100,000%	-	100,00000000%	-
Family Hospital S.S. Ltda.	-	-	-	100,000000%
Acqua Blue Transporte de Água Ltda. ¹	-	-	0,00166040%	99,998340%
Tijuca - Serv. de Assist. Médico-Cirurg. Infantil Ltda.	-	100,000%	-	-
Hospital São Bernardo S.A.	-	100,000%	-	-
Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.	0,003%	99,997%	-	-
Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda.	0,001%	99,999%	-	-

¹ Empresa encerrada em 30 de novembro de 2017.

d) Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e ativo mantido até o vencimento; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

e) Continuidade

A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

f) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação de valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registros nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente do processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros (pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente);
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Provisões técnicas;
- Provisões para ações judiciais; e
- *Liability Adequaty Test (LAT)*

h) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de ativos e passivos no balanço patrimonial entre circulante e não circulante. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas estão abaixo apresentada:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, faz-se necessário a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo algumas exceções.

No decorrer de 2017, a Companhia realizou uma avaliação de alto nível do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro.

Em geral a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração e redução ao valor recuperável da IFRS 9.

I. Classificação e mensuração

A Companhia efetuou análise e concluiu que não há impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para captar os fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

II. Perdas por redução do valor recuperável (“*Impairment*”)

A IFRS 9 exige que a Companhia registre perdas de crédito esperadas sobre todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, para 12 meses ou em base

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

vitalícia. A Companhia espera aplicar a abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em base vitalícia sobre todo o saldo de contas a receber de clientes.

A Companhia não espera impactos materiais em seu patrimônio líquido devido à natureza de seus empréstimos e recebíveis. O saldo das contas a receber das operações de saúde estão sob escopo do IFRS 4, que será substituído pelo IFRS 17.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 estabelece um novo modelo constante de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contrato com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

A aplicação retrospectiva integral ou aplicação retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não adotou antecipadamente a nova norma que foi adotada na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral. No decorrer de 2016 e 2017, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento.

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos individualmente em contratos separados, identificados com os clientes, ou agrupados como um pacote de serviços.

A Companhia espera as seguintes prováveis áreas de impacto:

I. Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica através de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou preliminarmente que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- a) internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais; e

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- b) externas, glosas das faturas que vão para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15:

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Deve-se estimar o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo de por qual método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- (a) o valor esperado – é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- (b) o valor mais provável – é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

A Companhia avaliou e identificou que a alteração no reconhecimento das glosas não irá gerar impactos financeiros significativos, já que não será alterado o montante e sim o momento de seu reconhecimento.

II. Exigências de apresentação e divulgação

A IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as atuais IFRS.

As exigências de apresentação representam uma alteração significativa em relação à prática atual e aumentam consideravelmente o volume de divulgações exigido nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são totalmente novas. A Companhia avaliou e não espera alterações significativas de divulgação uma vez que sua operação está prioritariamente baseada em suas operações de plano de saúde que assemelha-se a seguros e não nos serviços fornecidos pelos hospitais.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 2017, a Companhia desenvolveu e iniciou os testes de sistemas, controles internos, políticas e procedimentos adequados necessários para coletar e divulgar as informações adicionais que se façam necessárias.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras e não é previsto qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017 o IFRS 17 que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.

Esta norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardará a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Disponível

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, em conta corrente em instituições financeiras e aplicações financeiras de liquidez imediata e com prazos iguais ou inferior a 90 dias. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, são resgatáveis a qualquer momento e não sofrem risco de mudança significativa de valor.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) Instrumentos financeiros

Definição

É qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela Administração da Companhia a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A baixa dos passivos financeiros somente ocorre quando as respectivas obrigações são extintas e canceladas ou quando pagas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se:

- For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo;

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica “Resultado financeiro”, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

iii. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponível para venda”, sendo classificados nas categorias de “Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado”, “Empréstimos e recebíveis” e “Ativos financeiros mantidos até o vencimento”.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

d) Provisão para perdas sobre créditos

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde constitui provisão para perdas sobre créditos através da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 418/2016 da ANS.

Esta provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos) e para os créditos de

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

A Companhia e suas controladas, não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para os serviços de assistência à saúde não relacionadas com planos de assistência à saúde constituem provisões para perdas sobre créditos vencidos há mais de 180 dias salvo casos específicos avaliados individualmente pela administração.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

f) Despesas de comercialização diferidas (DAC – *Deferred Acquisition Cost*)

As despesas de comercialização referem-se aos agenciamentos e são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme NTA e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas” no ativo circulante, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 418/16. Em 2016 através de estudo técnico a operadora iniciou a diferir as despesas pelo prazo de 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas diferidas” que compreende o saldo de até 12 meses e “Despesas de comercialização diferida” no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

g) Investimento

Durante o exercício de 2017 e 2016, a participação societária que a Companhia possuía em suas controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações na participação após a efetiva transferência do controle.

A participação nos resultados operacionais das controladas está demonstrada na demonstração do resultado como “Resultado de equivalência patrimonial”.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

h) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

i) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 18 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas,

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia (ou grupos de UGCs) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

l) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais das controladas da Companhia certas provisões são requeridas conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011 e 313/2012, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, RN 322/2013 e alterada pela RN 418/2016).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram à rede de atendimento à saúde pública, em conformidade com a IN/DIOPE 32 de 11 de setembro de 2009 e Ofício Circular 03/2010 da ANS. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Eventos conhecidos e sinistros avisados” - Nota explicativa 28 em contra partida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” no plano de contas da ANS registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” - Nota explicativa 19 no passivo circulante e não circulante.

Conforme RN nº 227/2010, RN nº 329/2013, alterada pela RN nº 419/2016, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, é estabelecido regras para constituição de provisões técnicas, tais regras, exige que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela Resolução Normativa para cobrir as contraprestações.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros” pelo método de custo amortizado.

n) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

o) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferida (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

q) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

r) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no sub-item “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

s) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

t) Teste de adequação de passivos (*Liability Adequaty Test* – LAT)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradores e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificado qualquer insuficiência a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotado pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixas a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

u) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. Combinação de negócios

5.1. Grupo Nova Vida

Em 03 de julho de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde concretizou a aquisição de 100% das cotas do Grupo Nova Vida pelo valor de R\$ 170.402.

Esta aquisição tem por objetivo fundamental na estratégia do Grupo Notre Dame Intermédica de continuar oferecendo planos de saúde de qualidade aos nossos clientes a um preço justo. Como resultado espera-se sinergia entre as empresas possibilitando maior cobertura assistencial na região de Itapevi com uma oferta maior de rede hospitalar e centros clínicos.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Nova Vida e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

<u>Em 30 de junho de 2017</u>	<u>Grupo Nova Vida</u>
Total da contraprestação transferida	150.402
Parcela retida ¹	20.000
Caixa e equivalentes de caixa	500
Aplicações financeiras	7.058
Contas a receber	2.718
Créditos tributários e previdenciários	74
Estoques	704
Outros ativos	220
Circulante	11.274
Ativo fiscal diferido	8.597
Depósito judicial	30
Contas a receber decorrente de contingências	11.006
Imobilizado	23.540
Intangível	74
Não circulante	43.247
Total de ativo	54.521
Fornecedores	1.635
Salários a pagar	5.798
Tributos e encargos sociais a recolher	852
Circulante	8.285
Outros passivos	4.742
Contingências	19.658
Não circulante	24.400
Total de passivo	32.685
Total do ativo assumido	21.836
Ágio gerado na transação	148.566
Total da contraprestação	170.402

¹ Parcela retida – O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Nova Vida (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

pagar. A investida reconheceu uma provisão para contingências no valor de R\$ 11.006, o qual a sua contrapartida também foi reconhecida em outros ativos para fins de reembolso pelos antigos quotistas quando de sua ocorrência.

O valor justo das contas a receber é de R\$ 2.718. Não identificamos perda no saldo a receber, e espera-se que o valor identificado possa ser totalmente recebido nas datas de vencimento.

O Ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 781.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de julho de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Nova Vida de R\$ 47.611. O Grupo Nova Vida também contribuiu com um lucro de R\$ 16.543 no mesmo período.

Se o Grupo Nova Vida tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 81.775 e lucro pro forma de R\$ 228. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.2. Hospital São Bernardo

Em 20 de Abril de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde concretizou a aquisição de 100% das ações do Hospital São Bernardo S.A, pelo valor de R\$ 198.741.

A aquisição tem objetivo contribuir estrategicamente para a consolidação do Grupo Notre Dame na região do ABCD paulista, aumentando seu atendimento verticalizado e sua rede de hospitais de pronto-atendimento.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital São Bernardo S.A. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

Em 31 de março de 2017	HSB
Total da contraprestação transferida	164.210
Parcela retida ¹	34.531
Caixa e equivalentes de caixa	2.133
Aplicações financeiras	9.495
Contas a receber	25.340
Créditos tributários e previdenciários	415
Estoques	969
Outros ativos	104
Circulante	38.456
Ativo fiscal diferido	18.155
Depósito judicial	911
Outros ativos	30
Investimentos	1
Imobilizado	72.347
Intangível	88
Não circulante	91.532
Total de ativo	129.988
Fornecedores	11.979
Salários a pagar	20.389
Tributos e encargos sociais a recolher	2.761
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.118
Outros passivos	2.884
Circulante	40.131
Provisão para tributos diferidos	5.985
Provisões para ações judiciais	29.920
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.863
Não circulante	38.768
Total de passivo	78.899
Total do ativo assumido	51.089
Ágio gerado na transação	147.652
Total da contraprestação	198.741

¹ Parcela retida – O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 5 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital São Bernardo S.A. (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

O valor justo das contas a receber é de R\$ 25.340. Não identificamos perda no saldo a receber, e espera-se que o valor identificado possa ser totalmente recebido nas datas de vencimento.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 1.008.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de abril de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Hospital São Bernardo de R\$ 110.815. O Hospital São Bernardo também contribuiu com um lucro de R\$ 21.092 no mesmo período.

Se o Hospital São Bernardo tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 147.659 e prejuízo *pro forma* de R\$ 2.658. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.3. Hospital Samci - Ibrage

Em 10 de Março de 2017 a Notre Dame Intermédica Saúde concretizou a aquisição de 100% das cotas do Hospital Tijuca – Serviço de Assistência Médica – Cirurgia Infantil Ltda e Ibrage Saúde Ltda (anteriormente denominado Ibrage Locação e Arrendamento de Imóveis Ltda – ME), conforme contrato de compra e venda assinado em 27 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$ 45.500.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da Operadora Notre Dame Intermédica na cidade do Rio de Janeiro, aumentando seu atendimento verticalizado e sua rede de hospitais de pronto-atendimento.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital Samci-Ibrage e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

Em 28 de fevereiro de 2017

	<u>SAMCI-IBRAGE</u>
Total da contraprestação transferida	35.500
Parcela retida ¹	10.000
Caixa e equivalentes de caixa	2.729
Contas a receber	695
Créditos tributários e previdenciários	13
Estoques	281
Outros ativos	179
Circulante	<u>3.897</u>
Contas a receber decorrente de contingências	15.672
Imobilizado	25.866
Intangível	100
Não circulante	<u>41.638</u>
Total de ativo	<u><u>45.535</u></u>
Fornecedores	759
Salários a pagar	1.462
Tributos e encargos sociais a recolher	263
Empréstimos e financiamentos a pagar	524
Outros passivos	651
Circulante	<u>3.659</u>
Tributos e encargos sociais a recolher	34
Provisões para ações judiciais	18.524
Empréstimos e financiamentos a pagar	50
Não circulante	<u>18.608</u>
Total de passivo	<u><u>22.267</u></u>
Total do ativo assumido	<u>23.268</u>
Ágio gerado na operação	<u>22.232</u>
Total da contraprestação	<u><u>45.500</u></u>

¹ Parcela retida – O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 5 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Notre Dame Intermédica Saúde identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Samci-Ibrage (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar. A investida reconheceu uma provisão para contingências no valor de R\$ 15.672, o qual a sua contrapartida também foi reconhecida em outros ativos para fins de reembolso pelos antigos quotistas quando de sua ocorrência.

O valor justo do contas a receber é de R\$ 695 (SAMCI e IBRAGE) e não houve perda por redução ao valor recuperável no contas a receber de clientes, e espera-se que o valor registrado possa ser recebido integralmente.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 327.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de março de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Samci-Ibrage de R\$ 36.215. O Samci-Ibrage também contribuiu com um prejuízo de R\$ 5.675 no mesmo período.

Se Hospital Samci-Ibrage tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 41.309 e prejuízo *pro forma* de R\$ 16.825. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

6. Gerenciamento de riscos

A Companhia detém o controle em empresas que operam exclusivamente com planos de saúde odontológicos e, rede própria (hospitais e pronto atendimentos) e destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em acordo com a Resolução Normativa nº 418/2016 da ANS e com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

A Companhia e suas controladas procuram priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicação de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo ao critério de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas. A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392 de 9 de dezembro de 2015 alterada pela RN nº 419 de 26 de dezembro de 2016, da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e suas controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas procuram mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras	Consolidado			
		2017		2016	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Disponível	27.796	2%	30.538	4%
	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, Debêntures Compromissadas, Fundos de renda				
Imediata	fixa abertos e outros	1.047.121	83%	478.275	69%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	67.444	5%	-	-
De 241 a 360 dias	Letras financeiras do tesouro - LFT	64.019	5%	11.388	2%
Acima de 361 dias	Letras financeiras do tesouro - LFT	57.610	5%	171.868	25%
		1.263.990	100%	692.069	100%

Em conformidade com a Resolução Normativa 419/16 da ANS a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 526.848 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 460.002 em 31 de dezembro de 2016.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

c. Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se refere. A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial projetada por instituições financeiras para 2017 (Taxa projetada US\$1.00 - R\$ 3,1919 comparativa a taxa de fechamento US\$ 1,00 – R\$ 3,3080). Para os cenários I e II estas taxas foram acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente.

	Consolidado											
	Taxa de fechamento USD	Cenário I			Cenário II							
		USD	R\$	Provável	USD	-25%	USD	+25%	USD	-50%	Taxa	+50%
Aplicações financeiras												
Fundos cambiais	3,3080	3,1919	1.151	(40)	2,3939	(318)	3,9899	237	1,5960	(596)	4,7879	515
			<u>1.151</u>	<u>(40)</u>		<u>(318)</u>		<u>237</u>		<u>(596)</u>		<u>515</u>

d. Risco de Seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo dos atendimentos, o modelo de atendimento que o beneficiário irá receber, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e na captação de debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação, em títulos exclusivamente pós-fixados, o portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Bancário (CDB), sendo o restante indexado à taxa SELIC. Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 7.

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica possuem captação em debêntures e empréstimos e financiamentos, ficando exposta a variação da taxa CDI + spread. A composição dos empréstimos e financiamentos e as debêntures estão sendo apresentado nas notas explicativas nº 24 e 25, respectivamente.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia e suas controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2017:

				Consolidado								
				Cenário I				Cenário II				
		% - a.a.	R\$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	+25%	Taxa	-50%	Taxa	+50%
Aplicações financeiras												
CDBs	CDI	7,0%	443.850	31.024	5,2%	23.268	8,7%	38.780	3,5%	15.512	10,5%	46.536
LFTs	Selic	7,0%	189.073	13.235	5,3%	9.926	8,8%	16.544	3,5%	6.618	10,5%	19.853
Fundo de renda fixa abertos	Selic	7,0%	341.769	23.924	5,3%	17.943	8,8%	29.905	3,5%	11.962	10,5%	35.886
Operações compromissadas	Selic	7,0%	256.382	17.947	5,3%	13.460	8,8%	22.433	3,5%	8.973	10,5%	26.920
Outros	Selic	7,0%	3.969	278	5,3%	208	8,8%	347	3,5%	139	10,5%	417
			1.235.043	86.408		64.805		108.009		43.204		129.612
Empréstimos e financiamentos												
Empréstimos e financiamentos	CDI + 2,17%a.a.	9,3%	(150.367)	(14.001)	7,5%	(11.317)	11,1%	(16.686)	5,7%	(8.632)	12,9%	(19.371)
Empréstimos e financiamentos	109%a.a.CDI	7,6%	(154.816)	(11.795)	5,7%	(8.846)	9,5%	(14.744)	3,8%	(5.898)	11,4%	(17.693)
Empréstimos e financiamentos	85%CDI+1,955%a.a.	8,0%	(332.000)	(26.601)	6,5%	(21.574)	9,5%	(31.629)	5,0%	(16.546)	11,0%	(36.657)
Outros	CDI	7,0%	(4.412)	(308)	5,2%	(231)	8,7%	(385)	3,5%	(154)	10,5%	(463)
			(641.595)	(52.705)		(41.968)		(63.444)		(31.230)		(74.184)
Debêntures												
Debêntures - BCBF	CDI + 2,75%a.a.	9,9%	(330.098)	(32.785)	8,1%	(26.859)	11,7%	(38.712)	6,3%	(20.932)	13,5%	(44.639)
Debêntures - Notre Dame (1ª)	CDI + 3,45%a.a.	10,7%	(216.419)	(23.116)	8,9%	(19.203)	12,5%	(27.028)	7,1%	(15.291)	14,3%	(30.940)
Debêntures - Notre Dame (2ª)	108,5% a.a. do CDI	7,6%	(299.089)	(22.683)	5,7%	(17.012)	9,5%	(28.353)	3,8%	(11.341)	11,4%	(34.024)
			(845.606)	(78.584)		(63.074)		(94.093)		(47.564)		(109.603)
Efeito líquido no resultado financeiro			(252.158)	(44.881)		(40.237)		(49.528)		(35.590)		(54.175)

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Níveis	Consolidado							
		Vencimentos				2017		2016	
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	1	131.463	57.610	-	189.073	189.073	183.256	183.256	
Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii)	2	382.943	37.599	720	421.262	421.262	130.179	130.179	
Operações compromissadas (iii)	2	256.382	-	-	256.382	256.382	3.954	3.954	
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	-	-	341.769	341.769	341.769	246.209	246.209	
Fundo Cambial (iv)	2	1.151	-	-	1.151	1.151	97.927	97.927	
Outros títulos de renda fixa	2	-	-	3.969	3.969	3.969	6	6	
		<u>771.939</u>	<u>95.209</u>	<u>346.458</u>	<u>1.213.606</u>	<u>1.213.606</u>	<u>661.531</u>	<u>661.531</u>	
Mantido até o vencimento									
Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii)	2	57	22.531	-	22.588	22.588	-	-	
		<u>57</u>	<u>22.531</u>	<u>-</u>	<u>22.588</u>	<u>22.588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Total		<u>771.996</u>	<u>117.740</u>	<u>346.458</u>	<u>1.236.194</u>	<u>1.236.194</u>	<u>661.531</u>	<u>661.531</u>	

- (i) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.
- (ii) A Companhia e suas controladas adotam as políticas de aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos sempre por bancos de primeira linha, com liquidez imediata, e com operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidas por empresas de Leasing controladas pelas instituições de grande porte do mercado brasileiro e com garantia de recompra.
- (iii) Operações compromissadas lastreadas com debêntures com os seguintes emissores: Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander.
- (iv) Os fundos são administrados pelo Itaú Asset Management e Bradesco Asset Management.

As aplicações com remuneração diária vinculada ao CDI e Selic com vencimentos variáveis até março de 2021.

As aplicações classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” são contabilizadas no ativo circulante independentemente de seu vencimento (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As aplicações classificadas na categoria “Mantidas até o vencimento” são contabilizadas conforme prazo de vencimento e estão vinculadas como ativos garantidores para as coberturas das provisões técnicas de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde.

A composição do rating por instituições financeiras para o CDBs é como segue:

	Consolidado				
	2017	Rendimento % em do CDI	Rating Nacional - Longo Prazo	2016	Rendimento % em do CDI
Banco Santander (Brasil) S.A.	76.779	98,8%	A - (bra)	85.022	101,1%
Caixa Econômica Federal	11.741	98,2%	AA+(bra)	44.579	100,8%
Banco Bradesco S.A.	22.587	98,5%	AAA(bra)	51	100,0%
Banco Citibank	332.022	25,0%	A (global)	-	-
Itaú Unibanco S.A.	721	90,0%	AAA(bra)	527	90%
	443.850			130.179	

a) Movimentação das aplicações financeiras

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	661.531	613.795
Saldo adquirido	16.553	-
Aplicações	2.790.397	2.676.829
Resgates	(2.284.934)	(2.705.742)
Receitas (despesas) com variação cambial	4.298	(3.368)
Resultado financeiro	49.002	80.319
Ajuste a valor de mercado	(653)	(302)
Saldo no final do exercício	1.236.194	661.531

b) Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho sobre o valor justo de suas aplicações através da Taxa Interna de Retorno (TIR) no exercício, utilizando como parâmetro a variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho no exercício da carteira da Companhia e suas controladas atingiu uma rentabilidade média de 100,06% do CDI (99,91% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

c) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria – “*mark to model*” – com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

8. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

O contas a receber de clientes refere-se as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência a saúde, gerados pela operação de suas controladas:

	Consolidado	
	2017	2016
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	160.571	128.125
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(18.609)	(18.283)
	141.962	109.842

	Consolidado	
	2017	2016
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	144.073	62.777
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(19.624)	(1.662)
	124.449	61.115

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	2017		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	818	-	818
Acima de 30 dias	91.472	(92)	91.380
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	39.269	(377)	38.892
De 31 a 90 dias	13.326	(2.454)	10.872
Acima de 90 dias	15.686	(15.686)	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	160.571	(18.609)	141.962

	Consolidado		
	2016		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	36.473	(1.540)	34.933
Acima de 30 dias	31.394	(1.714)	29.680
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	39.105	(3.785)	35.320
De 31 a 90 dias	14.267	(6.177)	8.090
Acima de 90 dias	6.886	(5.067)	1.819
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	128.125	(18.283)	109.842

	Consolidado		
	2017		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	13.758	(637)	13.121
Acima de 30 dias	51.854	(74)	51.780
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	33.676	(1.735)	31.941
De 31 a 90 dias	27.287	(2.110)	25.177
Acima de 90 dias	17.498	(15.068)	2.430
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	144.073	(19.624)	124.449

	Consolidado		
	2016		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	17.488	(84)	17.404
Acima de 30 dias	16.560	(29)	16.531
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	14.526	(166)	14.360
De 31 a 90 dias	12.965	(217)	12.748
Acima de 90 dias	1.238	(1.166)	72
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	62.777	(1.662)	61.115

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência a saúde:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	109.842	89.005
Contraprestações líquidas	4.967.477	3.981.527
Recebimentos	(4.896.443)	(3.917.500)
Reversão (provisão) para perda sobre crédito	(326)	42.601
Perda com créditos	(38.588)	(85.791)
Saldo no final do exercício	141.962	109.842

Movimentação dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	61.115	39.336
Saldo adquirido	28.753	-
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	519.365	287.721
Co-participação	99.558	73.111
Recebimentos	(572.509)	(343.516)
Reversão para perda sobre crédito	(3.606)	6.457
Perda com créditos	(8.227)	(1.994)
Saldo no final do exercício	124.449	61.115
Contas a receber de clientes	266.412	170.957

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	Consolidado		
	Planos de saúde	Não relacionado com plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(60.884)	(8.119)	(69.003)
Constituições	(42.530)	(1.783)	(44.313)
Reversões	85.131	8.240	93.371
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(18.283)	(1.662)	(19.945)
Saldo adquirido	-	(14.356)	(14.356)
Constituições	(57.697)	(17.558)	(75.255)
Reversões	57.371	13.952	71.323
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(18.609)	(19.624)	(38.233)

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

9. Despesas diferidas e despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas nos saldos das contas “Despesas Diferidas” e “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante e não circulante respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as despesas diferidas e de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	97.654	38.810
Constituições	203.316	123.536
(-) Amortização	(78.125)	(64.692)
Saldo no final do exercício	222.845	97.654
Ativo circulante	105.960	39.653
Ativo não circulante	116.885	58.001

10. Créditos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda	4.608	8.722	11.884	18.711
Imposto de renda retido na fonte	44	2	6.403	3.326
Contribuição social sobre o lucro	7.350	-	13.504	2.525
Crédito de previdência social	-	-	4.083	2.135
Créditos de PIS e COFINS	-	-	2.904	7.425
Crédito de ISS	-	-	528	510
Créditos tributários e previdenciários	12.002	8.724	39.306	34.632

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

11. Bens e títulos a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Depósito judicial ISS – SP (a)	124.407	73.854
Estoques (b)	28.763	27.514
Adiantamento a funcionários	12.781	4.050
Adiantamento de comissões	7.991	6.177
Adiantamento a fornecedores (c)	18.486	13.853
Outros títulos a receber	5.538	4.874
	197.966	130.322

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos à Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 23 em virtude do depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Estoques

	Consolidado	
	2017	2016
Material cirúrgico	13.294	12.375
Medicamentos	11.027	11.099
Material de escritório	569	952
Material gráfico	416	626
Material de limpeza	315	366
Material para SND	547	638
Material de radiologia	497	476
Material de cozinha	87	40
Uniformes	509	29
Outros	1.502	913
	28.763	27.514

(c) Refere-se, basicamente, a aquisição de prédio localizado à Rua Dr. Antônio Bento, nº 107 e 178 no Bairro Santo Amaro – São Paulo – SP, através de leilão no montante R\$10.963, antecipação de pagamento diversos no montante de R\$ 7.523.

12. Títulos e créditos a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber de planos de saúde - depósito judicial	10.301	12.272
Depósito caução	2.098	2.098
Outros títulos	36	207
	12.435	14.577

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

13. Outros créditos a receber a longo prazo

	Consolidado	
	2017	2016
Depósitos caução	416	418
Crédito a receber	-	118
Crédito a receber c/ partes relacionadas (nota 34)	12.314	-
Partes relacionadas - indenizações ¹	119.545	89.617
Bloqueio judiciais	9.431	12.805
Obrigações contratuais ²	39.285	-
Outros créditos	542	-
	181.533	102.958

¹ Transações com partes relacionadas entre sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde e sua Controladora Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBH Participações S.A.), conforme nota explicativa 34.

	2017	2016
Indenizações	119.545	75.542
Demais transações	-	14.075
	119.545	89.617

² Obrigações contratuais advindos de aquisições de empresas:

	2017
Family	3.823
Grupo Santamália	1.528
Hospital São Bernardo	7.256
Hospital Nova Vida	11.006
SAMCI	15.672
	39.285

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

14. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos – (Reapresentado)

	Consolidado	
	2017	2016
		(Reapresentado)
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>		
Depreciações e amortizações	21.880	20.418
Provisões para ações judiciais (contingências cíveis, fiscais e trabalhistas)	52.544	50.175
Provisão para perdas sobre crédito (PCLD)	14.269	6.781
Crédito fiscal de ágio apurado na incorporação	34.264	359.335
Provisão de eventos do SUS	284.818	31.168
Provisão infrações ANS	3.054	-
Outras adições	27.281	12.504
Ativo fiscal diferido	438.110	480.381
<u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>		
Correção monetária de depósito judiciais	(21.926)	(24.205)
Amortização do intangível para fins fiscais	(4.831)	(4.909)
Reavaliação de imóveis	-	-
Passivo fiscal diferido sobre amortização de ágio para fins fiscais	(19.292)	(6.216)
Outros	(5.290)	(929)
Provisão para tributos diferidos	(51.339)	(36.259)
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	386.771	444.122

O crédito fiscal prevê as seguintes realizações:

	Consolidado									
Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Curto prazo	-	101.235	-	-	-	-	-	-	-	101.235
Longo prazo	-	-	82.606	44.732	57.600	57.600	37.451	37.451	19.435	336.875
										438.110

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Companhia haviam realizado para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$ 732.514, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor R\$ 249.657 desde a constituição, equivalente a 42,78% do valor total do crédito fiscal, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos impostos	352.829	193.866	544.462	322.390
À alíquota fiscal de 34%	(119.962)	(65.914)	(185.117)	(109.613)
Equivalência patrimonial	136.645	89.401	-	-
Remuneração variável dos administradores	-	-	779	(7.308)
Prejuízo fiscal da controlada BCBF sem constituição de imposto diferido	(21)	(3.716)	(21)	(3.716)
Juros Sobre o Capital Próprio	(16.662)	-	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes	-	(19.771)	(7.274)	(7.701)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	-	-	(191.633)	(128.338)
À alíquota efetiva	-	-	35%	40%
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Imposto de renda diferido sobre a diferença de base do ágio (contábil x fiscal)	-	-	(87.594)	(79.347)
Depreciação e amortização	-	-	21.880	20.418
Provisão para ações judiciais	-	-	(1.570)	5.885
Provisão para perda	-	-	4.383	(14.491)
Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(1.034)	(1.756)
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	-	-	3.069	8.970
Correção monetária de depósitos judiciais	-	-	3.995	(17.275)
Outros	-	-	(22.872)	(2.254)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(79.743)	(79.850)

15. Depósitos judiciais

	Consolidado						2017
	2016	Saldo adquirido	Adição/baixas depósitos	Provisão perda	Atualizações	Reclassificação	
Fiscais	80.424	246	(258)	-	949	1.029	82.390
Trabalhista	24.303	503	3.467	(9.959)	1.279	(28)	19.565
Cíveis	21.507	192	12.923	(1.674)	4.532	28	37.508
Depósitos judiciais – SUS	71.214	-	(279)	(1.462)	5.220	-	74.693
Outros depósitos	11.977	-	220	-	2.293	(1.029)	13.461
	209.425	941	16.073	(13.095)	14.273	-	227.617

	Consolidado			2016
	2015	Adição/baixas depósitos	Atualizações	
Fiscais	75.393	(110)	5.141	80.424
Trabalhista	20.884	2.151	1.268	24.303
Cíveis	15.535	4.781	1.191	21.507
Depósitos judiciais – SUS	54.158	11.224	5.832	71.214
Outros depósitos	10.387	275	1.315	11.977
	176.357	18.321	14.747	209.425

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Destacamos a seguir a origem para as Controladas da Companhia efetuarem os depósitos judiciais:

Fiscais – vide nota explicativa 23;

Trabalhistas – vide nota explicativa 23;

Cíveis – vide nota explicativa 23;

Depósitos judiciais – SUS – As Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional; e

Outros depósitos – As controladas possuem demandas as quais precedem de depósitos judiciais para garantia da efetivação da tutela jurisdicional, motivo pelo qual não atribui prognóstico de risco.

16. Investimentos

a) Participações societárias

	Notre Dame Intermedica Saúde	Interodonto	Acqua Blue	Acqua Magma	Nova Vida	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	832.870	135.930	163	30	-	968.993
Aumento capital por incorporação	141.444	-	-	-	-	141.444
Varição resultado - data-base com data incorporação	14.347	(1.892)	-	-	-	12.455
Outros ajustes	(4.230)	-	2	-	-	(4.228)
Dividendos e juros sobre capital pagos	(101.796)	-	-	-	-	(101.796)
Equivalência patrimonial do exercício	255.896	7.406	(23)	(334)	-	262.945
Empresa incorporada/baixa investimento	-	(141.444)	-	304	-	(141.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.138.531	-	142	-	-	1.138.673
Dividendos	(165.455)	-	-	-	-	(165.455)
AFAC	-	-	110	-	-	110
Aquisição empresa	-	-	-	-	3	3
Equivalência patrimonial do período	402.192	-	(296)	-	-	401.896
Outros ajustes	2	-	44	-	-	46
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.375.270	-	-	-	3	1.375.273

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) Principais informações contábeis sobre as controladas direta da Companhia é como segue:

	Notre Dame Intermedica		Acqua Blue	
	2017	Saúde 2016	2017	2016
Ativo	4.043.518	2.669.511	-	166
Passivo	2.668.248	1.530.979	-	25
Patrimônio líquido	1.375.270	1.138.532	-	141
Resultado do exercício	402.192	255.896	(296)	(23)
% Participação societária	100%	100%	100%	100%

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

17. Imobilizado

	Vida útil	Taxa anual de depreciação	Consolidado						
		- %a.a.	2016	Adquiridas	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	2017
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	181.896	107.880	10.798	-	111.534	(5.646)	406.462
Veículos	1 a 10 anos	17%	567	10	-	(182)	62	(136)	321
Instalações	5 a 10 anos	14%	2.451	1.148	65	(55)	1.368	(360)	4.617
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	25.768	7.053	19.263	(1.540)	32.228	(15.566)	67.206
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	42.108	2.444	10.179	(782)	(20.544)	(3.047)	30.358
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%	5.435	221	17.158	(99)	2.949	(4.141)	21.523
Imobilizações em curso	-	-	132.315	83	39.999	-	(139.395)	-	33.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	19.391	34	35.320	(13)	22.425	(15.445)	61.712
			409.931	118.873	132.782	(2.671)	10.627	(44.341)	625.201

	Vida útil	Taxa anual de depreciação	Consolidado					
		- %a.a.	2015	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	2016
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	145.171	94.792	-	(53.391)	(4.676)	181.896
Veículos	1 a 10 anos	2%	701	36	-	-	(170)	567
Instalações	5 a 10 anos	14%	2.112	563	-	4	(228)	2.451
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	28.634	14.966	(2.183)	1.988	(17.637)	25.768
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	37.268	7.868	(402)	(207)	(2.419)	42.108
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	6.284	2.870	(3)	343	(4.059)	5.435
Imobilizações em curso	-	-	42.107	37.102	(133)	53.252	(13)	132.315
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	29.907	6.055	11	(1.917)	(14.665)	19.391
			292.184	164.252	(2.710)	72	(43.867)	409.931

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos (“*impairment*”). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 28 e 31, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

18. Intangível

		Consolidado					
		2016	Saldos adquiridos	Aquisições	Reclassificação	Amortização	2017
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	38.036	-	-	(9.917)	2.545	30.664
Sistema de computadores	20% a.a.	13.085	262	8.471	(8.293)	(3.764)	9.761
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	267.872	318.782	-	5.826	-	592.480
Ativos intangíveis	(c)	19.487	-	-	(707)	(1.638)	17.142
Outros ativos intangíveis	Indefinida (d)	12.605	-	3	2.464	(1.576)	13.496
		351.085	319.044	8.474	(10.627)	(4.433)	663.543

		Consolidado				
		2015	Aquisições	Reclassificação	Amortização	2016
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	1.186	21.892	18.923	(3.965)	38.036
Sistema de computadores	20% a.a.	8.216	7.175	(75)	(2.231)	13.085
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	198.452	71.475	(2.055)	-	267.872
Ativos intangíveis	(c)	42.518	-	(18.920)	(4.111)	19.487
Outros ativos intangíveis	Indefinida (d)	12.605	-	-	-	12.605
		262.977	100.542	(2.127)	(10.307)	351.085

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (a) A aquisição da carteira de plano de saúde e odontológico sendo amortizada conforme quadro a seguir:

<u>Carteira</u>	<u>Vida útil</u>
Odontologica	3 a 5 anos
Saúde	6 a 11 anos

- (b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho e sempre que necessário apurado a recuperabilidade da unidade geradora de caixa (“*impairment*”) e força de trabalho.

Composição do ágio			
<u>Grupo/Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>dezembro 2017</u>	<u>dezembro 2016</u>
Grupo Santamália	16 de novembro de 2015	125.405	107.695
Hospital Family	23 de dezembro de 2015	77.149	88.701
Unimed ABC	23 de setembro de 2016	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	01 de março de 2017	22.232	-
Hospital São Bernardo	23 de fevereiro de 2017	147.652	-
Grupo Nova Vida	03 de julho de 2017	148.566	-
		<u>592.480</u>	<u>267.872</u>

- (c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresa (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativos intangíveis</u>	<u>Vida útil</u>
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

- (d) Refere-se, basicamente a ágio fundamentado na geração de lucros futuros pagos na aquisição de investimentos das empresas (Medicamp, RH Vida e Norclínicas) que foram posteriormente incorporadas. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, passaram a ser avaliados somente por testes de recuperabilidade (*impairment*).

O montante da amortização apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 28 e 31, respectivamente.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

19. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Referência	Consolidado	
		2017	2016
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a. e b.	112.564	104.776
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	b.	343.971	329.491
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c.(i).	184.290	151.446
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c.(ii).	52.838	45.077
Provisão para remissão	c.(iii).	1.166	765
		694.829	631.555
Circulante		684.850	620.618
Não circulante		9.979	10.937

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê o ressarcimento ao SUS dos gastos incorridos no atendimento a usuários de planos de saúde quando da utilização da rede pública. A Companhia está contestando esta cobrança por meio de seus advogados, inclusive a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS. Para esta demanda, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde efetuou depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa nº 15.

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	434.267	323.493
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	3.708.041	2.949.966
Gastos com rede própria classificada em eventos	(842.676)	(536.181)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(2.843.097)	(2.303.011)
Saldo no final do exercício	456.535	434.267

c) Variações das provisões técnicas:

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.231	38.734	860
Variações das provisões no exercício	16.215	6.343	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.446	45.077	765
Variações das provisões no exercício	32.844	7.761	401
Saldo em 31 de dezembro de 2017	184.290	52.838	1.166

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(i) - Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificado no passivo circulante é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados à sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde.

(ii) - Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) - Provisão para remissão, classificado no passivo circulante e não circulante, são provisões para fazerem face às isenções de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

20. Tributos e encargos sociais a recolher

	Consolidado	
	2017	2016
Imposto sobre serviços (ISS)	130.249	78.850
Contribuição previdenciária	5.525	3.005
FGTS	1.573	1.139
PIS e COFINS	7.685	9.500
Contribuições sindicais e assistenciais	97	55
Parcelamento de tributos e contribuições	8.569	2.440
Outros	906	364
Impostos devidos a recolher	154.604	95.353
Imposto de renda - funcionários	6.895	5.292
Imposto de renda - terceiros	3.724	2.231
Imposto sobre serviços	1.954	1.678
Contribuição previdenciária retida	1.093	683
Retenção PIS/COFINS/CSLL	6.387	4.864
Outros impostos retidos	125	65
Impostos retidos a recolher	20.178	14.813
	174.782	110.166

21. Parcelamento de tributos e contribuições

	Consolidado	
	2017	2016
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	1.824	11.409
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal	18	55
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	333	489
	2.175	11.953

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

22. Débitos diversos

	Consolidado	
	2017	2016
Obrigações trabalhistas	112.792	81.296
Fornecedores	63.156	46.934
Depósito de terceiros	10.656	7.862
Recebimento antecipado cliente	8.384	6.274
Débitos diversos	7.978	2.332
Obrigações contratuais (a)	20.288	48.924
Total circulante	223.254	193.622
Obrigações contratuais (a)	115.101	48.161
Outros	495	3.650
Recebimento antecipado cliente	318	-
Total não circulante	115.914	51.811
	339.168	245.433

- (a) Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas e transações com partes relacionadas com sua controladora Notre Dame Intermédica Saúde S.A., como demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Grupo Santamália (i)	6.372	5.799
Family Hospital (i)	13.867	10.948
Medtour (ii)	9.367	19.824
Unimed ABC (iii)	37.660	60.514
SAMCI (iv)	10.742	-
Hospital SBC (iv)	36.570	-
Hospital Nova Vida (v)	20.811	-
	135.389	97.085

- (i) Parcela retida a ser pago decorrente da aquisição do Grupo Santa Amália e Family, o valor retido é atualizada pela taxa CDI.
- (ii) Saldo a pagar referente à aquisição de edifício situado em Guarulhos, sendo esta obrigação atualizada pela taxa IGPM;
- (iii) Refere-se a obrigações contratuais decorrente da aquisição dos ativos e carteira da Unimed ABC, o saldo a pagar está vinculado a condições contratuais a serem cumpridas.
- (iv) Refere-se à parcela retida sobre a aquisição do Hospital SAMCI e Hospital São Bernardo.
- (v) Refere-se a saldo a pagar a controlada referente à indenização decorrente de ações judiciais, corrigido pela taxa CDI. A obrigação de ressarcimento deverá ocorrer em 08 de julho de 2022.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

23. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, as empresas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável:

	Consolidado					
	Provisões para ações judiciais					
	2016	Saldo adquirido	Provisão/reversão	Pagamentos	Atualização	2017
1. Fiscais	95.381	3.882	(21.800)	-	5.654	83.117
2. Trabalhista	61.493	23.977	21.424	(10.776)	5.772	101.890
3. Cíveis	73.009	40.243	9.092	(17.618)	1.638	106.364
	229.883	68.102	8.716	(28.394)	13.064	291.371

	Consolidado				
	Provisões para ações judiciais				
	2015	Provisão/reversão	Pagamentos	Atualização	2016
Fiscais	103.457	(12.597)	-	4.521	95.381
Trabalhista	39.456	29.033	(10.427)	3.431	61.493
Cíveis	52.888	35.496	(19.496)	4.121	73.009
	195.801	51.932	(29.923)	12.073	229.883

As provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (Município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes. Aguarda-se julgamento.

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de Plano de Saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve expedição de liminar em mandato de segurança, com respaldo em jurisprudência do STJ que pacificou entendimento sobre a matéria. Diante disto, o escritório de advocacia que patrocina a ação emitiu "*legal opinion*" classificando o prognóstico de perda como possível. As Controladas efetuaram no exercício a reversão dos valores provisionados.

- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no Município de Campinas sobre a atividade desenvolvidas nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT determinando-se à Autoridade co-autora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- As controladas questionam judicialmente a não incidência das contribuições previdenciárias previstas no inciso III, artigo 22 da Lei n.º 8.212/1991 sobre os valores pagos aos profissionais autônomos da área de saúde credenciados (contribuintes individuais) que prestam serviços ao segurado contratante. Em 31 de março de 2016 a controlada Notre Dame Intermédica Saúde efetuou a reversão de R\$12.553 de acordo com a mudança de prognóstico dos nossos advogados.
- Referem-se basicamente à auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Trabalhistas

As controladas são parte reclamadas em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Cíveis

As controladas são parte reclamada em certas ações de natureza cível, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2017, as Controladas apresentaram outras ações de natureza cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 350.474 (R\$ 336.071 em 31 de dezembro de 2016), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível, motivo pela qual não foram provisionadas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

24. Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Garantia	Amortização	Vencimento	Consolidado
						Valor
FINAME	Bradesco	Prefixado	-	Mensal	26/04/2014 a 15/04/2020	216
Leasing	Bradesco	CDI	Equipamento	Mensal	08/06/2015 a 13/07/2020	600
Leasing	Santander	CDI	Equipamento	Mensal	08/12/2015 a 08/12/2018	460
Leasing	Itaú	CDI	Equipamento	Mensal	22/05/2015 á 22/04/2018	79
Carta de crédito	Bradesco	-	-	Mensal	15/05/2015 a 15/04/2020	199
Carta de crédito	Santander	CDI	-	Mensal	15/09/2014 a 15/09/2019	2.372
Carta de crédito	Itaú	CDI	-	Mensal	20/02/2014 a 04/03/2018	340
Brazilian Real Note	Santander Exterior	100% CDI + 2,12% a.a.	-	Semestral	19/06/2017 a 18/06/2018	150.367
NP Votorantim	Banco Votorantim	109% CDI	Avalista BCBF	Semestral	10/08/2017 a 06/02/2018	154.816
Emprestimo Citibank	Citibank	85% CDI + Plus 1,955%	-	Semestral	26/12/2017 a 28/12/2020	332.000
Outros						146
						641.595
					Circulante	307.844
					Não circulante	333.751
						641.595

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado
	2017
Saldo inicial	2.282
Saldo Adquirido	5.555
Captação	631.838
Amortização	(11.460)
Ajuste valor presente	62
Juros	13.318
Saldo Final	641.595

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

25. Debêntures a pagar

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica emitiram debêntures conforme descrito abaixo, o saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 era composto pelo montante de R\$ 119.564 (R\$ 111.480 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante e R\$ 726.042 (R\$ 538.746 em 31 de dezembro de 2016) no passivo não circulante.

<u>Modalidade</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos médios</u>	<u>Captação</u>
1º emissão	400	2014	2020	CDI + 2,75% a.a.	400.000
1º emissão	300	2015	2021	CDI + 3,45% a.a.	300.000
2º emissão	300	2017	2019	108,5% a.a. do CDI	300.000

a) Primeira emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF captou em 5 de maio de 2014 o montante de R\$ 400.000 através de emissão de 400 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, emitidas em 5 de maio de 2014, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da BCBF e suas controladas, aquisições de sociedades.

O prazo total da emissão é de 6 anos, sendo 2 anos de carência/ e está sujeito a atualização com base na taxa CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 2,75% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão nos meses de maio e novembro sendo o primeiro pagamento devido em 5 de novembro de 2014, e o último na data de vencimento em 5 de maio de 2020.

A BCBF desembolsou com recursos próprios R\$ 6.505 a título de custos de transação em favor das instituições financeiras.

b) Segunda emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou em 12 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 2 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente onde a primeira será em junho de 2018 e a última em 15 de dezembro de 2019. A atualização corresponde a uma sobretaxa de 108,5% da variação acumulada das taxas médias do CDI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Primeira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou em 9 de novembro de 2015, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 6 anos contados da data de emissão, sendo 1 ano de carência e está sujeito a atualizado com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 3,45% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir do 12º mês a contar da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 9 de novembro de 2016 e o último na data de vencimento em 9 de novembro de 2021.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	BCBF	Intermédica	Consolidado
Saldo em 31/12/2015	405.267	302.223	707.490
Juros creditados	62.793	50.923	113.716
Apropriação do custos	1.069	894	1.963
Apropriação do comissionamento	-	363	363
Amortização do principal	(28.000)	(27.270)	(55.270)
Pagamento de custo com reestruturação	-	(2.178)	(2.178)
Juros pagos	(63.935)	(51.923)	(115.858)
Saldo em 31/12/2016	377.194	273.032	650.226
Captação por emissão de debêntures	-	300.000	300.000
Custos de captação	-	(996)	(996)
Juros creditados	43.550	33.866	77.416
Apropriação do custos	1.069	1.278	2.347
Pagamento principal	(44.001)	(54.540)	(98.541)
Juros pagos	(47.715)	(37.131)	(84.846)
Saldo em 31/12/2017	330.097	515.509	845.606

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

<u>Ano</u>			Consolidado
	Circulante	Não Circulante	2017
12 meses	119.564	-	119.564
13 a 24 meses	-	423.716	423.716
25 a 36 meses	-	248.837	248.837
37 a 48 meses	-	53.489	53.489
49 a 60 meses	-	-	-
	119.564	726.042	845.606

As debêntures possuem “*covenants*” financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2017, a BCBF e a Notre Dame Intermédica Saúde encontravam-se adimplentes com os “*covenants*”.

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Garantias

A BCBF ofereceu garantias para as debêntures por meio de alienação fiduciária de 100% das ações/quotas das empresas: Intermédica Sistema de Saúde S.A., Notre Dame Seguradora S.A. e Interodonto Sistema Odontológico Ltda. conforme item III cláusula 2 do instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures. As empresas Notre Dame Seguradora e Interodonto foram incorporadas em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2016, respectivamente, pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A..

26. Patrimônio líquido

a) **Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.213.080 (em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.213.080) totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.213.080.353 ações ordinárias nominativas na controladora, sem valor nominal.

b) **Reserva de capital**

Conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto, Santamália, Hospital Montemagno e Hospital Bosque da Saúde, com o acervo líquido de R\$197.763 com data-base em 29 de fevereiro de 2016. O montante de R\$ 14.347 refere-se ao resultado apurado nas empresas

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

incorporadas, entre a data base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março 2016.

c) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

- (i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos.

d) Destinação do lucro

A seguir, as deliberações a títulos de dividendos:

<u>Aprovação</u>	<u>Tipo</u>	<u>Data</u>	<u>Data de pagamento</u>	<u>2017</u>
AGE	Dividendos	31/03/2017	31/03/2017	600
AGE	Dividendos	10/05/2017	10/05/2017	600
AGE	Dividendos	05/06/2017	15/06/2017	800
AGE	Dividendos	10/06/2017	30/06/2017	1.000
AGE	Dividendos	30/08/2017	30/08/2017	1.000
AGE	Dividendos	29/09/2017	29/09/2017	2.500
AGE	Dividendos	16/10/2017	16/10/2017	500
AGE	Dividendos	26/10/2017	26/10/2017	14.195
AGE	Dividendos	13/12/2017	13/12/2017	500
AGE	Dividendos	27/12/2017	27/12/2017	31.500
				53.195

27. Contraprestações líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	4.911.799	3.948.753
Contraprestações emitidas de assistência odontologica	162.748	125.884
Contraprestações canceladas	(15.391)	(20.875)
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	-	2.919
Contraprestações de assistência à saúde – transferidas	(91.679)	(75.154)
	4.967.477	3.981.527

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

28. Eventos indenizáveis líquidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Eventos conhecidos ou avisados	(3.680.657)	(2.930.152)
Depreciação e amortização	(27.384)	(23.224)
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	99.558	73.111
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(32.844)	(15.636)
	<u>(3.641.327)</u>	<u>(2.895.901)</u>

29. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	Consolidado	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Exames	(140.896)	(112.751)
Perdas com créditos incobráveis (i)	(37.149)	(84.684)
Outras despesas operacionais	(713)	(1.539)
	<u>(178.758)</u>	<u>(198.974)</u>

(i) O montante refere-se à reversão de provisão para devedores duvidosos que foram avaliados pela administração como sem expectativa de recebimento e baixados para perda.

30. Despesas de comercialização

	Consolidado	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração - pessoal próprio	(9.843)	(7.475)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(78.125)	(64.692)
Comissões e agenciamentos	(116.245)	(101.397)
	<u>(204.213)</u>	<u>(173.564)</u>

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

31. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal	-	-	(318.191)	(248.828)
Serviços de terceiros	(414)	(122)	(153.158)	(106.072)
Localização e funcionamento	(3)	-	(103.129)	(57.955)
Tributos	(4.605)	(5.423)	(18.181)	(9.221)
Publicidade e propaganda	(139)	(130)	(8.728)	(13.818)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	30.748	(18.469)
Depreciação e amortização	-	-	(21.390)	(25.767)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(6)	-	(3.447)	(7.169)
Outras	-	(1)	11.833	(11.461)
	(5.167)	(5.676)	(583.643)	(498.760)

32. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas com aplicações financeiras (*)	2	3	49.002	80.319
Juros recebidos	-	-	14.969	12.666
Variação monetária ativa	761	472	17.276	17.356
Ajuste a valor presente	-	-	-	2.732
Outras receitas	17	-	144	164
Ajuste a valor mercado	-	-	133	-
Receitas com variação cambial	-	-	18.462	3.001
Descontos obtidos	-	-	2.210	3.759
	780	475	102.196	119.997
Juros financeiros debêntures	(43.550)	(62.793)	(77.416)	(113.716)
Custos financeiros debêntures	(1.069)	(1.069)	(2.347)	(2.326)
Variação monetária passiva	-	-	(25.768)	(21.205)
Multas e juros	-	-	(3.053)	(16.737)
Ajuste variação cambial	-	-	(14.164)	(6.369)
Tarifas bancárias	(51)	(16)	(6.045)	(5.369)
Ajuste a valor mercado	-	-	(786)	(677)
Descontos concedidos	-	-	(199)	(357)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(13.318)	(150)
Ajuste a valor presente	-	-	(62)	(562)
Outras despesas	-	-	(824)	(1.768)
	(44.670)	(63.878)	(143.982)	(169.236)
Resultado financeiro líquido	(43.890)	(63.403)	(41.786)	(49.239)

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(*) Rendimento relacionado às reservas obrigatórias junto à ANS no montante de R\$27.560 (R\$ 32.629 em 31 de dezembro de 2016).

33. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e empresas controladas não possuem posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

34. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com suas controladas diretas e indiretas, sua controladora Notre Dame Intermédica Participações S.A. e a Bain Capital Partners, LLC. (“Bain”).

Em 15 de dezembro de 2017, a Controladora celebrou contrato de mútuo com seu executivo no montante de R\$12.294 com vencimento em julho de 2019, corrigido pelo IPCA e acrescido de juros de 3% a.a..

Consolidado

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia mantém R\$50 a pagar para a sua controladora Notre Dame Intermédica Participações referente a contrato de mútuo efetuado em condições normais em relação ao mercado.

A remuneração e gratificações dos principais administradores, que compreendem diretores e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e suas controladas são compostas de remuneração e gratificações de curto prazo cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 16.409 (R\$ 19.223 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

35. Cobertura de seguros

As controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos. Greves e Lock-out) Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de Aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos.	R\$ 441.919
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R\$ 101.500
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 15.000
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de Vida em Grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$48.132

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

36. Eventos subsequentes

- Em 24 de janeiro de 2018, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetuou a liquidação antecipada do saldo devedor da 1ª emissão de debêntures captada em 09 de novembro de 2015, na qual incidia atualização pelo CDI acrescida de juros de 3,45% a.a.. O montante liquidado antecipadamente foi de R\$ 224.281.
- Em 30 de janeiro de 2018, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. comunicou ao mercado o encerramento da oferta para aquisição de debêntures, tendo obtido a subscrição adicional de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) em adição aos R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) captados em dezembro de 2017, nos mesmos termos da primeira tranche, ao custo de 108,5% do CDI.
- Em 07 de fevereiro de 2018, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetuou a liquidação de saldo devedor de Notas Promissórias junto ao Banco Votorantim no montante de R\$ 155.980.
- Em 22 de fevereiro de 2018 foi concretizado o fechamento da operação de aquisição do Grupo Cruzeiro do Sul, localizado na região de Osasco. O Grupo Cruzeiro do Sul mantém uma estrutura com um hospital (Hospital Cruzeiro do Sul), um pronto-socorro, seis centros clínicos e um laboratório de análise clínico, além de operar com plano de saúde próprio. Esta

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) em 26 de janeiro de 2018 e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 19 de janeiro de 2018.

- e) Em 20 de março de 2018, a Controlada BCBF Participações S.A. efetuou a liquidação antecipada do saldo devedor da 1ª emissão de debêntures captada em 05 de maio de 2014, na qual incidia atualização pelo CDI acrescida de juros de 2,75% a.a.. O montante liquidado antecipadamente foi de R\$ 340.958
- f) Em 23 de março de 2018, a Controlada BCBF Participações efetuou a 2ª. Emissão de debentures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória no valor de R\$ 300.000.. As debentures emitidas foram emitidas para pagamento antecipado do saldo devedor referente a 1ª emissão cujo saldo atualizado, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 340.958. Sobre o valor unitário das debentures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI acrescido de spread de 2,25% a.a.. As debêntures emitidas tem prazo de vencimento em 23 de fevereiro de 2021.
